

TRANSEDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL A PARTIR DA TRANSGENERIDADE¹

Bruno Silva de Santana²

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculado ao Instituto de Educação a Distância (IEAD), Polo de São Francisco do Conde/Bahia, intitulado “Transeducação: uma Perspectiva Educacional a partir da Transgeneridade” cujo o desígnio é refletir sobre como a produção de saberes educacionais produzidos a partir da transgeneridade pode contribuir para uma concepção educacional mais inclusiva. Essa pesquisa se organiza a partir da reflexão sobre a potência dos corpos trans na construção desses saberes nos espaços formais e não formais de educação, problematizando a naturalização da cisgeneridade e colonialidade na formação educacional. Nesse sentido, sua perspectiva metodológica está ancorada a partir da pesquisa autobiográfica. Dessa forma, será realizado a análise a partir de uma narrativa de mim enquanto homem trans negro, professor, transativista e discente de um curso de pós-graduação em gênero, diversidade e direitos humanos no intuito de apresentar como as corpos epistêmicos trans e suas narrativas vem produzindo outros espaços e perspectivas de educação não-normativas.

Palavras-chave: Integração social. Pessoas transgênero - Educação.

ABSTRACT

This research is a Course Conclusion Paper (TCC) of the specialization in Gender, Diversity and Human Rights, by the University of International Integration of Lusofonia Afro-Brazilian (UNILAB), linked to the Institute of Distance Education (IEAD), São Francisco do Conde/Bahia Hub, entitled “Transeducation: an Educational Perspective from Transgenderedness” whose purpose is to reflect on how the production of educational knowledge produced from transgenderedness can contribute to an educational conception of more inclusive. This research is organized from the reflection on the power of trans bodies in the construction of this knowledge in formal and non-formal education spaces, problematizing the naturalization of cisgender-ness and coloniality in educational formation. In this sense, its methodological perspective is based on autobiographical research. Thus, the analysis will be carried out based on a narrative of me as a trans black man, teacher, transactivist and student of a graduate course in gender, diversity and human rights, in order to present how trans epistemic bodies and their narratives it has been producing other spaces and perspectives of non-normative education.

Keywords: Social integration. Transgender people - Education.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Josué Leite dos Santos.

² Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O cis-tema educacional brasileiro é estruturado dentro da lógica da cisheteronormatividade, logo, não foi projetado para incluir corporeidades que fogem desse padrão e acaba por violar, excluir e invisibilizar as diferenças dentro dos espaços educacionais. Para refletir sobre educação e transgeneridade é necessário entender algumas categorias dos estudos de gênero como por exemplo as categorias transgeneridade, categoria que abarca as identidades de gênero de pessoas trans e travestis. O Cis-tema é aqui compreendida como sendo “uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante” (VERGUEIRO, 2015, p. 225). A Cisheteronormatividade é uma categoria que estabelece compulsoriamente a cisgeneridade e heterossexualidade como normalidade entre as pessoas na sociedade, descartando aquelas pessoas que se comportam de maneira divergente (LANZ, 2014; VERGUEIRO, 2015). A Transfobia, ou seja, a manifestação mais grave da capacidade de ódio e violência contra as pessoas trans. Que se manifesta de diversas formas e espaços, gerando discriminação, intolerância, segregação, exclusão, violência-real e simbólica (LANZ, 2014). E a Cisgeneridade que abarca a identidade de gênero das pessoas cisgêneras, ou seja, das pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer (JESUS, 2012).

Diante dessas categorias gostaria de refletir junto a vocês sobre a compreensão de educação que acredito. Em interlocução com Cara (2019, p. 26):

A educação é a apropriação de cultura, de tudo aquilo que o ser humano criou e cria para além da natureza. As comunidades, as sociedades, os Estados, as línguas, as linguagens, os valores, as religiões, as artes, as ciências, os esportes, a democracia e todas as outras formas de deliberação e de organização da administração pública e do poder; enfim, tudo que é criado pelos seres humanos pode ser chamado de cultura e são expressões vivas da história de um povo, de alguns povos, de muitos povos e, em alguns casos, de toda a humanidade.

Embora a Educação Pública Brasileira por meio da colonização dos saberes vem sendo instrumento de dominação (PATTO, 2007), impondo determinados saberes em detrimento de outros de maneira autoritária. Para (CARVALHAL; VIÉGAS, 2019). Se disfarçando de cuidado e projetos de “desenvolvimento”, mas não passam de projetos de exclusão. Vistas aqui nesse contexto enquanto pedagogias epistemicidas produzidas através de vários dispositivos de controle invisibilizando, desqualificando, deslegitimando e silenciando experiências e narrativas dissidentes (CARNEIRO, 2005).

O conceito de educação construído por Paulo Freire (2003, p. 40) nos mostra que “A educação é o conhecimento colocado em prática [...]”. Logo, a educação pode ser entendida enquanto uma concepção filosófica ou científica do conhecimento colocado em prática. Quem pratica uma concepção de conhecimento estará “produzindo” educação. A partir desse entendimento Freiriano de educação enquanto prática, digo-lhes que os nossos corpos trans em trânsito produzem saberes através de nossos discursos e narrativas de vida e a partir desses discursos que estamos colocando em prática e propondo uma nova concepção educacional. Qual seria, então, essa perspectiva educacional produzida pelos corpos trans?

Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) revelam que a maneira como o espaço educacional se configura é um dos fatores que acaba contribuindo para que maior parte da população trans e travestis não acesse e tão pouco permaneça na escola, e não consigam completar a educação básica, o que acaba reforçando ainda a transfobia estrutural e institucional sobre esses corpos (ANTRA, 2020). Nas pesquisas realizadas em 2018 foi identificado que 82% das pessoas trans e travestis abandonam a escola, 33,3% delas abandonam os estudos por conta apenas da transfobia; 56% não possuem ensino fundamental completo; 72% não possuem ensino médio completo; 0,02% estão na universidade; 94% estão na prostituição e 5% tem carteira assinada (IBTE, 2018). Esse cenário é preocupante e mostra a necessidade de políticas públicas efetivas e estratégias educacionais que garantam o acesso, a proteção e a permanência de pessoas trans e travestis nos espaços educacionais, contribuindo para reparar essas desigualdades que por vezes são geradas por falta de formação qualificada de profissionais da educação.

É nesse contexto que trago a minha trajetória pessoal, acadêmica, política e profissional enquanto homem trans negro, transativista e professor licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Pós-Graduando em Gênero, Diversidade e Direitos humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) para refletir sobre como a produção de saberes educacionais produzidos a partir da transgeneridade pode contribuir para uma concepção educacional mais inclusiva. Trago reflexões a partir da minha experiência discente e docente sobre a importância da educação ampliar suas perspectivas sobre a inclusão das dissidências de gênero. Me proponho a fazer uma análise sobre a forma de conhecimento construído a partir da transgeneridade nos espaços formais e não formais de educação, com isso pretendo apontar a necessidade da educação ampliar seus olhares para compreender e colocar em prática uma perspectiva educacional a partir do diálogo com a transgeneridade.

A relevância dessa pesquisa se dá devido ao surgimento das dissidências de gênero nos contextos sociais e educacionais. Logo, o tema em questão é de grande relevância para a construção de novos conhecimentos sobre como as identidades trans produzem saberes na educação. Contribuindo para expandir as discussões nessa área educacional, visando colaborar no enfrentamento e combate as violências de gênero cometidas às populações trans no cis-tema educacional brasileiro. Contribuindo a partir da minha existência com uma reflexão acerca de como a transgeneridade pode contribuir na construção de uma concepção educacional mais inclusiva. Assim como o desejo de fomentar a produção de epistemologias trans nos espaços de educação. Proponho-me através dessa narrativa de si, problematizar o lugar hegemônico que a cisgeneridade ocupa na educação e como a não problematização desse lugar reforça as violências de gênero dentro da educação dificultando o processo de inclusão pela diferença. Ao narrar minha trajetória enquanto homem trans negro e professor, discente de um curso de pós-graduação em gênero, diversidade e direitos humanos almejo contribuir para a construção de novos saberes educacionais a partir das trajetórias e produção de saberes trans nos espaços educacionais. Dessa forma busco através dessa narrativa de mim partilhar memórias individuais e coletivas, construir pontes entre a educação e a transgeneridade fomentando novas práticas pedagógicas inclusivas.

2 METODOLOGIA

A “escolha” de uma prática de pesquisa, entre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder. Por isso, não escolhemos, de um arsenal de métodos, aquele que melhor nos atende, mas somos “escolhidas/os” (e esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e que também nos significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou.
(CORAZZA, 2002, p. 124)

O presente trabalho se dá a partir de uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2000, p. 57) “[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Assim, pretendo partir da minha vivencia enquanto homem negro trans, professor licenciado em Educação Física, discente de um curso de pós-graduação em gênero, diversidade e direitos humanos para refletir sobre como se dá a produção de conhecimento de pessoas trans

em espaços formais e não formais de educação e de que forma esse conhecimento pode contribuir para a construção de espaços educacionais mais inclusivos

A pesquisa autobiográfica é utilizada como principal metodologia. Segundo Santos e Garms (2014, p. 409) as narrativas autobiográficas implicam em uma “[...] forte participação do indivíduo que, por sua vez, se compromete com o processo de reflexão, orientado pelo seu interesse, e que o leva a definir e a compreender seu processo de formação.” Dessa forma, teço minhas narrativas e histórias individuais e coletivas de vida sem perder o caráter científico que permeia toda e qualquer pesquisa acadêmica, fazendo-me simultaneamente sujeito investigador (por isso o uso da narrativa em 1ª pessoa) analisando na minha trajetória de vida o acúmulo de conceitos teóricos que fiz nesse mesmo percurso através de delineamento metodológico que mais me liberta do que engessa.

É necessário refletir sobre os processos e experiências internas e externas que tem me ajudado a construir, reconstruir e desconstruir de forma significativa meu percurso identitário enquanto docente, discente, (trans)educador e transativista, ao passo em que vou caminhando pela pós-graduação em gênero, diversidade e direitos humanos, me apropriando do conhecimento epistemológico, desses saberes produzidos historicamente pela humanidade e que também são essenciais para minha inacabada formação enquanto docente. Contudo, vou percebendo como as “situações de vida, das mais diversas actividades, de encontros que marcam uma vida, das pessoas significativas, de acontecimentos pessoais e sócio-históricos” (JOSSO, 2002, p. 48) são fundantes nesse percurso de reconstrução, pois me ensinam a repensar sempre minha pratica docente transgressora, a continua projetando ações pedagógicas no campo de atuação que proporcionem transformações concretas no contexto educacional e na sociedade que me atravessa. Me formar em uma instituição pública de ensino superior em meio às condições econômicas de vida, não foi somente uma conquista pessoal, mas também, uma forma de dar um retorno positivo para todas as pessoas que direta ou indiretamente incentivaram e contribuíram para que eu fechasse esse ciclo tão importante. Eu sempre acreditei que a educação seria a ponte que me ajudaria a dar ainda mais sentido e significado a minha existência trans. E nesse meu querer tornar-se professor, agente transformador, que seria capaz de contribuir na formação humana das pessoas, tornando o mundo um lugar mais inclusivo. Existem várias partes integrantes que compõem essas histórias, experiências de formação e narrativas de vida e elas me ajudarão nesse processo de escrita de mim. Portanto o:

Ato de relatar a si mesmo, portanto, adquiri uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com

transições plausíveis, mas também recorre à voz e á autoridades narrativas, direcionadas a um público com o objetivo e persuadir (BUTLER, p. 18).

A construção da minha identidade pessoal, profissional e docente, se dá nas relações sociais, no convívio coletivo com os outros e com o mundo, nas ruas, nas relações estabelecidas com os coletivos trans e cisalides³, com professores que participam dessa construção desde o período escolar, nos movimento social ao qual estou inserido, na luta pela igualdade social, no convívio com aqueles que estão as margens da sociedade (populações LGBTIQ..., negras, indígenas, Quilombolas, pessoas com deficiência, etc..), na medida em que vou experienciando situações de vida que também é “ uma certa maneira de contar de si mesmo a sua própria história, as suas qualidades pessoais e socioculturais, o valor que se atribui ao que é vivido” (JOSSO, 2002, p. 34) e que me acompanham, todas essas coisas se somam a novos saberes adquiridos durante a formação, e sobretudo, essas experiências de vida tão potentes, ressignificam ao meu olhar sobre educação, inclusão e docência, e contribuem para novas elaborações carregadas de subjetividades e singularidades.

3 PESSOAS TRANS PRODUZEM EPISTEMOLOGIAS/CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS ATRAVÉS DE SEUS CORPOS?

Os espaços de convivência e de organização política de pessoas trans devem ser compreendidos enquanto lugares de produção de saberes educacionais. Trago como exemplo dois coletivos de resistência trans e travesti da cidade de Salvador do qual eu faço parte: “De Transs pra Frente” e “Transbatukada”. A transgeneridade é um campo possível de produção de conhecimento acerca da inclusão, pois, aponta caminhos outros capazes de desconstruir saberes hegemônicos que historicamente vem operando no fazer educacional. Entre os anos de 2017 e 2019, eu e outros integrantes dos coletivos citados acima, passamos a ocupar espaços de forma itinerante dentro e fora da cidade de Salvador, desenvolvendo atividades que eu denomino como sendo transeducacionais de maneira interseccional. Nossos corpos trans e travestis articulados politicamente na produção de saberes sobre o respeito as diferenças e inclusão entendendo a educação como único mecanismo possível para essa transformação social. Dessa forma, nossa

³ Pessoas cisaliadas ou cialiades é um termo utilizado pela comunidade trans para se referir a pessoas cisgêneras que compreendem seus privilégios e se colocam na luta ao lado da comunidade trans no enfrentamento e combate a transfobia.

atuação se dava de maneira pedagógica e intencional devido a urgência de contribuir na desconstrução e transformação da sociedade transfóbica que estamos inseridas.

Assim, parto do entendimento de que a educação deve ser um espaço para problematizar as questões de gênero e percebe-las enquanto lugar potente de saberes. Compartilho do pensamento de Schwengber (2013, p. 353) que defende que:

A educação [...] pode incluir, a problematização de referências corporais e de gênero, procurando desmistificar preconceitos construídos culturalmente que muitas vezes acabam acirrando disputas e até excluindo os que não se enquadram em determinado “modelo”.

Essa narrativa traz elementos que poderão contribuir para a reflexão coletiva dentro e fora dos espaços educacionais, evitando que continuem reproduzindo violências, muitas vezes por falta de conhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade e até mesmo cometendo equívocos em suas práticas e fazeres pedagógicos, pois conforme afirma Louro (2002, p. 64):

[...] o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de raça, de classe etc. e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo.

Estamos produzindo epistemologias em todos os campos, mas gostaria de enfatizar duas produções de pessoas trans no campo educacional para ilustrar a potência criadora da transgeneridade:

Começo pelo livro “Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação” da pedagoga e Iyálorixá Thiffany Odara que traz uma narrativa sobre as produções de saberes produzidos a partir de corpos travestis e seu caráter pedagógico. Na sequência tem o livro “Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa” da Luma Nogueira de Andrade, travesti e professora adjunta da universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB que vai descrever as experiências travestis no ambiente escolar e a construção de dinâmicas de resistência e assujeitamento desses corpos as normas de gênero e sexualidade diante da ordem normativa.

Em diálogo com essas produções, partilho umas de minhas experiências enquanto professor estagiário na CRECHE-UEFS no ano de 2017, embora eu me sentisse deslocado, precisei me adaptar diante do meu novo desafio. Precisei além de professor, ser militante ali dentro, pois precisava sensibilizar aquelas pessoas para que aprendessem a lidar com a diferença. Naquele espaço de Educação Infantil não se sabiam o que era Transgeneridade, quem

eram homens trans, mulheres trans e travestis, então além do meu corpo presente naquele espaço de forma didática, me propus a dialogar, levando textos sobre identidade de gênero, com conceitos básicos muitos deles escritos por mim, como uma forma de levar o conhecimento e desconstruir preconceitos. Era preciso conhecer para compreender, ainda mais dentro de um espaço de formação onde impera as imposições sociais. A medida em que tempo passava aquelas pessoas cis começaram a compreender sobre diversidade, começaram a reconhecer o meu trabalho como professor de Educação Física, notaram que a minha identidade de gênero não fazia de mim menos capaz, pelo contrário percebiam o quanto eu era competente e dedicado enquanto professor. Para Marsiglia (2001, p. 36) “o educador como um parceiro mais experiente, é aquele que faz a mediação da criança com o mundo de forma intencional, buscando as máximas possibilidades de desenvolvimento do indivíduo”. De fato a experiência docente na creche foi incrível e mesmo diante de tantos desafios, aprendemos coletivamente e nos reinventamos nesse processo inacabado que é o ato de ensinar. Tenho certeza que minha presença naquele espaço contribuiu de alguma forma para a formação daquela comunidade escolar que a partir da convivência com a minha singularidade, mesmo em meio a tantos conflitos foram sensibilizados sobre a importância de desconstruir pré-conceitos e aprender a respeitar as diferenças.

Assim, demonstro na prática o exercício transeducacional, percebiam através desses exemplos como nós pessoas trans de maneira individual e também coletiva por meio de nossas existências, ocupações, narrativas discursivas, produções e atuações sócio-políticas tanto nos movimentos e coletivos transativista e também fora deles, contribuimos para (re)significar, (re)construir concepções, metodologias e práticas pedagógicas que não servirão ao cis-tema que perpetua as exclusões, silenciamentos e violências de gênero na educação.

4 AFRONTE O CIS-TEMA, CONTRUA MUNDOS POSSÍVEIS

“Sem certezas e verdades. Muito menos universalidade. A linguagem transita pela poesia, que me ajuda a desorganizar melhor as ideias. Desordem, acesso, permanência. Enegrecer. Enviadescer. Transpirar.”
(CARVALHAL, 2019, p. 2)

Escrevo para afrontar o sistema colonial que exclui e mata as dissidências ao longo da história, existo para tecer possibilidades de reencontros e resistências entre nós. Minhas palavras gritam, para mostrar que resisto, transpasso, transbordo e que minha comunidade

seguirá lutando e resistindo. É preciso desestabilizar as estruturas cisheteronormativas responsáveis por todas as desigualdades, extermínios e desumanizações a qual estamos submetidos.

Nessa escrita me coloco como sendo um grande rio que conectado a tantas outras nascentes chega para abrir portas e janelas para que outras histórias possam ser contadas, ressignificadas, para que se abram caminhos por onde os saberes produzidos pelos corpos transgressores possam ser reconhecidos enquanto potências transformadoras. O que dizer da educação que ignora os silêncios? O que dizer da educação que ignora os devires?

Eu sempre fui um corpo trans na escola, meu corpo sempre transitou em silêncio pelos espaços educacionais por onde passei. Meu silêncio não foi visto, nem problematizado, não foi levado em consideração. Todo esse tempo o silêncio não me permitiu ser inteligível.

Minha resistência enquanto homem trans negro e professor se dá nesse contexto de exclusões e violências vivenciados dentro dos espaços de educação por onde por diversas vezes tive o meu corpo negado, deslegitimado, e silenciado pelos professores e profissionais em suas práticas pedagógicas não legitimavam determinadas identidades e práticas sexuais que se encaixavam dentro da normatividade. Minha intenção não é culpabilizar esses docentes, mas tensionar o cis-tema social que capturou a educação para que servisse a seus interesses. Aponto aqui a grande lacuna ainda existente dentro da formação de professores e profissionais da educação. Trago Silvana Goellner (2015) que vai nos mostrar a insuficiência de estudos sobre gênero e sexualidades dentro do campo da educação:

Do mesmo modo, estudos que tematizem questões relacionadas às homossexualidades ainda são poucos frequentes. Impera, no campo da Educação, o princípio da heteronormatividade, praticamente invisibilizando os sujeitos que dele escapam. Ainda são ínfimas as análises que rompem com o binarismo homem\mulher, feminilidade\masculinidade, heterossexualidade\homossexualidade [...].
(GOELLNER, 2015, p. 36)

A falta de conhecimento sobre questões de diversidade de gênero por exemplo tem levado muitos professores a cometerem equívocos, violências e invisibilizações, dentro de suas aulas. Trago como exemplo, as diversas vezes que precisei durante a graduação mandar e-mails para alguns professores informando sobre a importância do uso do meu nome social em sala, lembro-me de ter escrito vários e-mails e ofícios tendo que explicar sobre todo o meu processo de transição de gênero, pontuando o quanto a utilização do nome social em sala evitaria constrangimentos e permitiria que eu tivesse um melhor convívio com a turma e melhor rendimento na disciplina, e sobre a importância de me sentir respeitado e acolhido por ele.

Falei também o que era o nome social, como funcionava, falei das portarias de nome social para pessoas trans da UFBA, e de outras instituições de ensino que já adotavam, busquei pontuar todos os motivos para que aquele docente, exercesse o seu papel como professor e me entendesse como parte daquele processo de ensino-aprendizagem. Essa narrativa vivenciada por mim ainda se repete em muitos espaços e contribui para que pessoas trans e travestis não permaneçam nos espaços educacionais.

Percebam no meu relato o quanto é problemático pra nós pessoas trans acessarem espaços básicos de convivência social (espaços públicos de educação, saúde e mercado de trabalho) sem sermos questionadas e desrespeitadas de alguma forma. Mais uma vez compartilho do pensamento de Viviane Vergueiro (2015) para podermos pensar sobre a utilização precária do nome social de pessoas trans em âmbitos institucionais, a exemplo de universidades e sistemas de saúde que ainda não tem instrumentos que garantam o exercício de terem esse direito garantido, ou seja, de serem chamadas pelos nomes que se auto-identificam. Indicando que ainda existe um grande caminho a ser percorrido para que direitos mínimos como esses de fato sejam garantidos.

Em que momento da vida pessoas cisgêneras, foram questionadas sobre o nome pelo qual se identificam ou sobre o tipo de banheiro que utilizam? Quando pessoas cisgêneras precisaram criar estratégias para poder fazer suas necessidades fisiológicas por terem medo de ser estupradas ou até mortas?

Ainda estamos lutamos por direitos básicos, como o direito ao uso do nome em que nos reconhecemos, e o direito a utilizar o banheiro de acordo com nossa identidade de gênero sem sermos impedidos, violentados e mortos.

Diante dessas limitações apontadas como barreiras que precisarão ser vencidas pelos espaços educacionais para que o processo de formação docente contemple as diferenças, será preciso ir além do conceito biologizante, superando conceitos binários e práticas conservadoras que historicamente foram e ainda são responsáveis por aprisionar e reprimir as minorias, é necessário e é urgente reformular as grades curriculares equivocadas que não pensam por exemplo, na dificuldade e constrangimento de pessoas trans frequentarem as aulas práticas de disciplinas, como salienta Louro (2003, p. 64):

[...] o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de raça, de classe etc. e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo.

Foi por conta dessa defasagem existente no currículo por exemplo que não me senti confortável para fazer as aulas práticas da disciplina na piscina durante minha formação acadêmica na universidade, deixando de vivenciar experiências necessárias para o meu processo de formação naquele período enquanto estudante. Visto que o próprio regulamento da disciplina concebe uma única possibilidade de corpo que é o corpo cisgênero, logo homens cis obrigatoriamente devem usar sungas, e mulheres cis apenas maiô, o que já descarta a existência de outros corpos que não seguem essa regra, a exemplo de homens com vagina e mulheres de pênis, ou até mesmo outras formas vivenciar a feminilidade e masculinidades entre pessoas cisgêneras. Conseguem imaginar o quanto é constrangedor e violento para pessoas trans fazerem aulas práticas com trajes de banho que não condiz com sua identidade de gênero?

Trago essas narrativas vivenciadas por mim dentro da minha formação docente em educação física para mostrar o quanto a educação ainda precisa ter sempre o olhar atento e acolhedor, uma escuta sensível para com as diferenças. Podemos incluir em nossos conteúdos a problematização de referências corporais e de gênero, que não reforcem os preconceitos construídos culturalmente, e que excluam quem não se encaixam nos modelos determinados socialmente. Precisamos construir dentro da perspectiva que Miskolci (2013) chama de “Um aprendizado pelas diferenças”, no qual a educação seja apresentada dentro de uma perspectiva não normalizadora, atividades que dialoguem com as experiências subalternas, invisibilizadas, violentadas, passem a ser incorporadas de forma a modificar tanto educandos quanto educadores, buscando estabelecer simetrias para um aprendizado relacional e transformador de ambos. É nesse sentido que os corpos trans ao adentrar nos espaços conseguem através de suas narrativas produzir perspectivas outras de educação, que possibilitem a criação de estratégias para levar os debates de gênero e diversidade de forma interseccional, proporcionando ações e reflexões não só sobre “desigualdades de gênero, mas também de raça, etnia, orientação sexual, geração, classe social, presentes no universo cultural dos sujeitos que a vivenciam” (GOELLNER, 2013, p. 40). Ampliando assim, as concepções de corpo, construindo novos (des)caminhos e propostas pedagógicas e concepções transeducacionais que incluam todas as pessoas.

Durante esse percurso de escrita de mim, em diálogo com outras formas de produção de conhecimento (bibliografias trans e saberes não acadêmicos), busquei mostrar que o conhecimento que produzimos a partir da transgeneridade contribui para a construção de concepções educacionais mais inclusivas, trazendo como exemplo a minha vivência enquanto homem trans negro, professor, pesquisador, apontando também outras possibilidades de pensar as corporeidades que são múltiplas e plurais, e que isso inclui não somente o corpo das pessoas

trans, mas todos os corpos possíveis para além da cisgeneridade. É possível pensar uma educação de “trans pra frente”, de forma interseccional, em conexão também com o corpo negro, gordo, intersex, indígena, não-binário. E tantas outras possibilidades de ser corpo. Essa narrativa nos mostra que em muitos momentos as concepções educacionais se colocam enquanto práticas de exclusão e invisibilização não só da minha existência, mas de todas outras identidades de gênero e sexualidades dissidentes.

Entretanto, pode haver caminhos possíveis entre educação e a transgeneridade que podem servir de pontes para que docentes e discentes possam construir formas de combate a essas desigualdades em suas aulas, desconstruindo e ampliando sua concepção de corpo e gênero, contribuindo para que a educação não seja mais um espaço que reproduz a exclusão e silenciamento dos nosso corpos, e sim, um terreno fértil de promoção e multiplicação de uma nova perspectiva educacional menos violenta e mais inclusiva para todas as pessoas. É preciso subverter, incorporando outra concepção educacional que seja dissidente, que transgrida as políticas e práticas coloniais criadas pela elite para promover exclusão, apresentada aqui enquanto caminho possível a transeducação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu sou o grande rio e todos os pequenos riachos desaguam em mim. A partir da minha história de vida que revela a potência dos corpos trans na educação cunho a categoria transeducação que nasce dos aprendizados com as transgeneridades. Justamente porque vai permitir que esse corpo trans epistemológico que produz ciência através do discurso, do saber produzido pelas diferenças, que escaparam das armadilhas da cisnormatividade e apresentam novos caminhos em que as experiências trans são vistas como produtoras de pedagogias transformadoras. Trouxe a experiência vivida pelo meu corpo transmasculino negro que ao adentrar os muros da educação no ensino superior precisou desafiar todo um sistema para seguir existindo. Fui do corpo acadêmico transgressor que utilizou sua trajetória dentro da universidade para problematizar a formação docente ao qual estava inserido e denunciar as violações de direitos naquele espaço institucional, ao corpo transeducador que ao ressignificar todo processo de transfobia vivenciado dentro da universidade, utilizou essa experiência para apontar de maneira pedagógica caminhos de superação e construir novas narrativas educacionais que não excluam. Me tornar professor dentro de um sistema que não humaniza minha existência é mostrar que a revolução segue em curso, meu corpo se colocou em todo

processo enquanto uma pedagogia viva, meu corpo trans deveria ter sido entendido enquanto um método de ensino-aprendizagem. Essa escrita existe para mostrar como nossas narrativas trans e travestis enquanto corpos epistemológicos produzem outros espaços e perspectivas educacionais e que devem ser compreendidas enquanto possibilidades de reflexão e superação. Como disse brilhantemente Carvalhal (2020, p. 65) a educação “[...] por propiciar encontros entre as subalternizadas, pode ser espaço de aprendizado para a convivência respeitosa e engajada com a libertação das amarras, vendas e mordças impostas pelo Estado burguês, que nos colocaram como inimigas, nos ensinando a nos odiar”. O sistema instituído não deixará de se alimentar de desigualdades e seguirá cumprindo seu papel de marginalizar e invisibilizar nossas existências para que não avancemos na construção de um futuro diferente. É esse mesmo mecanismo de opressão responsável por ensinar o ódio e propagar a segregação contra as populações sulbaternas ao longo da história. Quando corpos trans se apresentam e transitam nos espaços sociais com suas narrativas, já estão produzindo pedagogias em busca de direitos.

Esse movimento que aponto como sendo transeducacional, pois é necessário a compreensão sobre a nossa contribuição enquanto pessoas trans a partir de nossas trajetórias de vida e produções de conhecimento. É justamente o transito entre esses corpos nos espaços que nasce a transeducação. O que nossos corpos revelam ao transitar pertencem a uma narrativa maior, uma narrativa coletiva, o fato de termos pessoas trans ocupando cada vez mais espaços enquanto estudantes, professores, pesquisadores diz muito sobre a concepção de educação que queremos deixar no mundo.

Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” acrescenta que “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2006, p. 61). Logicamente em diálogo com Freire que reitero o lugar da (trans)educação enquanto instrumento educacional de intervenção na realidade. Ao passo que promovemos inquietações, também promovemos possibilidades de transformação na educação e no sociedade. Se pensarmos a transeducação como possibilidade de reinvenção, podemos avançar, pois a mesma nos possibilita ampliar nossos olhares sobre perspectivas outras, para além do que está posto como universal. Ela nos revela lacunas ainda existentes no contexto educacional como foi apontado ao longo dessa escrita de si. Se a educação se permitir aprender com a transgeneridade a ter um novo olhar sobre suas práticas e metodologias daremos grandes passos rumo a sua intencionalidade que é justamente garantir que todas as pessoas acessem a produção histórica da humanidade, sobretudo os corpos que ainda seguem sendo desumanizados socialmente.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://www.facebook.com/antrabrasil/>. Acesso em: 05 out. 2021.
- CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-32.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Feusp, 2005. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.
- CARVALHAL, T. Não era de cisparar? Cisgeneridade, Interseccional idade e Medicalização. **Anais Seminário Internacional A Educação Medicalizada**, 1(1), 623-633. 2019.
- CARVALHAL, Tito; VIEGAS, Ligia. Educações e direitos humanos: reflexões transviadas e desmedicalizantes. **Anais Seminário Internacional A Educação Medicalizada**, 1(1), 634-644. 2019.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da Pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002
- FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. [s.l.]: Sabotagem, 2006. Arquivo PDF.
- IBTE. **Instituto Brasileiro Trans de Educação**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ibteducacao/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: E-book, 2012. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br>>. Acesso em: 23 set. 2016.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. Lisboa: EDUCA, 2002.
- LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. Salvador: Devires, 2020.

PATTO, Maria Helena S. "**Escolas cheias, cadeias vazias**": nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 243-266, set./dez. 2007.

PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (org.). **Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas**. Salvador: Diálogos Editorial, 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RUFINO, Luiz. Exu e a pedagogia das encruzilhadas: sobre conhecimentos educacionais e pós-colonialismo. In: **Seminário internacional as redes educativas e as tecnologias: movimentos sociais e educação**, 8., 2015, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. p. 1-12.

SANTANA, Bruno Silva de. **Trajetória de um homem trans no curso de licenciatura em Educação Física em uma Universidade Pública: Uma narrativa subversiva**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2017.

SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; CONCEIÇÃO, Vécio Gonçalves (org.). **Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) -Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.